



RECORTE HISTÓRICO-SOCIAL NA DÉCADA DE 1930: A EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO UM PROCESSO INACABADO E MANTENEDOR DOS PRIVILÉGIOS DE CLASSE

Autor(es): SOUZA, Aisllan Augusto de; NUNES, Georgina Helena Lima

Apresentador: Aisllan Augusto de Souza

Orientador: Georgina Helena Lima Nunes

Revisor 1: Conceição Paludo

Revisor 2: Mauro Augusto Burkert Del Pino

Instituição: UFPel

Resumo:

Introdução: O ensino no Brasil sempre ocorreu de forma incoerente com as necessidades históricas e sociais de alguns estratos da população. A partir desta premissa, este trabalho tem como objetivo levantar hipóteses acerca do sistema educacional brasileiro em um período de intensas transformações na organização social, política e econômica do país. Metodologia: Faz-se um recorte histórico na década de 1930, pela importância das transformações que aconteceram no contexto histórico brasileiro pós Primeira Guerra Mundial. Durante este período é organizado um movimento chamado “escola nova”, que participou ativamente das discussões políticas acerca da educação. Utilizou-se a leitura de textos coerentes com a temática em estudo (TEIXEIRA, 1989; GONDRA, 2008), sendo estabelecidas algumas categorias que contemplassem a problematização construída. Chegou-se a uma sistematização de idéias sem, no entanto, ter tido a pretensão de ter delimitado todas as possibilidades analíticas que a temática suscita. Resultados e discussão: Em meio à reordenação política resultante da revolução de 1930 foi publicado um manifesto que se tornou o marco inaugural da renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização da estrutura escolar, o pensamento escolanovista defendia uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita e propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação. Nesse período, já se apontava a necessidade de políticas públicas em educação que fossem políticas de Estado e não de governo ou de governos; um sistema nacional que contemplasse a valorização profissional docente e um maior financiamento do Estado para a diminuição das desigualdades na educação pública nacional. Conclusão: Salienta-se, a despeito do desenvolvimento do conhecimento e das sociedades, que a resistência aristocrática de nosso país, não permitiu que esta escola, se efetivasse. A educação se manteve dualista - uma educação para os pobres e outra pra elite; este dualismo defende interesses de classes na medida em que uma educação de qualidade somente é possível para as elites dominantes. A expansão educacional brasileira manteve-se nesse infundável vício. Acredita-se que as políticas educacionais brasileiras deveriam ir ao encontro de um sistema de administração em que fossem associadas as vantagens da descentralização e da autonomia, com a integração e unidade das três esferas de governo: federal, estadual e municipal.